

# Nomes próprios e identidade em Frege e Kripke

*Francisco Rafael da Silva Gomes<sup>1</sup>*

## Resumo

Neste artigo, apresento as formulações e respostas ao problema da identidade entre nomes desenvolvidas por Gottlob Frege e Saul Kripke. O problema da identidade entre nomes próprios ocorre em sentenças de identidade que envolvem dois nomes próprios (diferentes). O escopo da questão foi comumente reduzido a dois tipos de sentenças: (i)  $a=a$  e (ii)  $a=b$ . Eu explico inicialmente a diferença de valor cognitivo dos dois tipos de sentenças. Dois filósofos destacam-se no trato da questão, nomeadamente, Frege e Kripke. Frege foi um dos primeiros a abordar o problema das sentenças de identidade entre nomes próprios, ele introduziu a noção de sentido como base para uma resposta. Kripke, por sua vez, apresentou uma crítica à teoria fregeana dos nomes e uma resposta alternativa ao problema da identidade entre nomes. Inicialmente, apresento a formulação e resposta de Frege ao problema da identidade. Em seguida, apresento a crítica de Kripke à teoria de Frege. Por fim, apresento a formulação e resposta ao problema da identidade desenvolvida por Kripke..

### **PALAVRAS-CHAVE**

Identidade; Nomes próprios; Frege; Kripke..

---

<sup>1</sup> Mestrando em filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui graduação em filosofia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: rafaelgomesr75@gmail.com.

# Proper names and identity in Frege and Kripke

## ABSTRACT

In this paper, I present the formulations and answers to Identity's Problem between names developed by Gottlob Frege and Saul Kripke. The Identity's Problem between proper names happen in sentences of identity, which involve two (different) proper names. The scope of the question was commonly reduced to two types of sentences: (i)  $a=a$  e (ii)  $a=b$ . I initially explain the cognitive value difference of the two types of sentences. Two philosophers stand out in the approach to the question, namely, Frege and Kripke. Frege was one of the first to address the Identity's Sentences Problem between proper names and he introduced the notion of sense as the basis for an answer. Kripke by his turn presented a critique of Frege's theory of names and an alternative answer to the Identity's Problem between names. Initially, I present the formulation and answer of Frege to the Identity's Problem. After that, I present Kripke's criticism to Frege's theory. Finally, I present the formulation and answer to the Identity's Problem developed by Kripke..

## KEYWORDS

Identity; Proper names; Frege; Kripke.

## INTRODUÇÃO

O problema das sentenças de identidade entre nomes próprios envolve a informatividade de um tipo especial de sentenças. Sentenças da forma  $a=a$  e  $a=b$  deveriam possuir o mesmo grau de informatividade. Isto porque intuitivamente reconhecemos um nome próprio<sup>1</sup> como um termo puramente denotativo. Se ‘a’ e ‘b’ são idênticos, então, eles devem possuir a mesma referência. Entretanto, ambas parecem ser cognitivamente diferenciadas, enquanto a primeira expressa a relação de uma coisa consigo mesma, a segunda parece expressar a relação de duas coisas distintas. A primeira pode ser entendida como possuindo o status de sentença necessária, analítica e *a priori*, sendo por isso trivial. A segunda caracteriza-se por ser contingente, sintética e *a posteriori*, sendo por isso informativa<sup>2</sup>. A questão é: por que deveria  $a=a$  diferir de  $a=b$ ? Se os dois termos são idênticos, não devem diferir quanto aquilo que expressam, e, portanto,  $a=b$  deveria representar o mesmo que  $a=a$ .

A forma como o problema foi inicialmente formulado por Frege (1948) transmitiu a ideia de que uma resposta pressupõe uma teoria geral do nomear. Frege buscou abordar/resolver o problema com sua teoria descritivista dos nomes e que se respalda fundamentalmente na noção de sentido ou modo de apresentação do objeto. Com a teoria de Frege, o descritivismo (a defesa de que o significado dos nomes é fornecido pelo significado de descrições definidas co-referenciais) tornou-se a regra das teorias do nomear. Entretanto, o dogma descritivista foi duramente criticado por Kripke (1980), o que levou à refutação do viés descritivista inicial de Frege. Com o descritivismo posto em xeque, o enigma da identidade volta à tona e uma nova resposta é exigida.

Essa nova resposta ao problema pressupõe obviamente uma nova teoria dos nomes. Mais que isso, essa nova teoria deve resolver o problema da identidade sem recorrer à tese

---

1 Neste caso, trata-se de um análogo dos nomes, as constantes individuais. Estas representam os nomes nos sistemas de lógica.

2 Devo ressaltar que o termo “*a priori*” não determina sozinho a trivialidade de ‘ $a = a$ ’. É especificamente a combinação de necessidade, analiticidade e *a priori* que torna ‘ $a = a$ ’ trivial, ela é uma instância do princípio da identidade. O caso de ‘ $a = b$ ’ parece ser diferente, o fato de ser muitas vezes estabelecida somente *a posteriori* faz de ‘ $a = b$ ’ uma descoberta empírica, uma sentença informativa. Como veremos, mesmo que se estabeleça a necessidade de ‘ $a = b$ ’, ela continua sendo informativa. Assim, o simples fato de poder ser conhecido *a priori* não determina que uma sentença é ou não é trivial. Entretanto, o fato de ter que ser conhecido *a posteriori* parece poder determinar que uma sentença é informativa. Embora *a priori* não seja sinônimo de trivial, presumivelmente, *a posteriori* implica informatividade. Naturalmente, a discussão envolvendo a relação entre *a priori*, *a posteriori* e informatividade não se encerra aqui. De toda forma, por questões de economia argumentativa, deixo a questão para um outro momento.

clássica descritivista, isto é, sem recorrer a noção de sentido. Esse é aproximadamente o percurso feito por Kripke. Ele desenvolve uma teoria dos nomes que possui como traço de distinção a tese da designação rígida e formula/responde o problema da identidade.

Ao longo deste artigo, abordo o problema da identidade situando-o no interior de duas teorias. Primeiro, apresento a teoria do sentido de Frege e sua respectiva formulação e resposta desse problema. Depois, apresento a crítica de Kripke à teoria de Frege. Por fim, apresento a tese da designação rígida de Kripke e sua resposta ao problema da identidade.

## **FREGE, NOMES E IDENTIDADE**

### **Frege e o sentido**

Antes de apresentar propriamente a formulação do problema da identidade desenvolvida por Frege, apresentarei em linhas gerais sua teoria dos nomes. Considero crucial compreender, mesmo que em linhas gerais, a teoria de Frege para que se compreenda sua abordagem do problema da identidade. A razão que atesta essa conclusão é a relevância dada por Frege ao conceito de sentido. Movido por uma atitude anticética, Frege atribui pouca relevância à exigência de uma comprovação da referência de um nome. A referência de um nome próprio é pressuposta, isto é, não precisamos demonstrar que o nome possui uma referência, pressupomos<sup>3</sup> uma referência e usamos satisfatoriamente o nome próprio, como sugere o filósofo (1948, p. 214). Além da referência, Frege defende que devemos admitir um modo de apresentação do objeto.

Expressões que desempenham a função de nome próprio devem possuir um sentido e uma referência. Enquanto o sentido deve pertencer a toda expressão bem construída que desempenhe satisfatoriamente o papel de um nome próprio, o nome pode não possuir de fato uma referência (a referência em questão pode não existir). Frege (1948, p. 211) apresenta alguns exemplos de expressões que expressam um sentido, mas que certamente não possuem uma referência, por exemplo: “O planeta mais distante da terra”. Para restringirmos o exemplo ao tipo de nome próprio que estamos considerando aqui, vamos

---

<sup>3</sup> Frege (1948, p. 214) propõe inclusive que poderíamos acrescentar a ressalva: “caso tal referência exista”. Esse tipo de afirmação ilustra a pouca importância que Frege confere a existência de uma referência para os nomes próprios.

dar um nome ao planeta mais distante da terra, chamaremos “Remote”<sup>4</sup>. Claramente “Remote” possui um sentido, o de ser o planeta mais distante da terra, o que nos conferiria um uso satisfatório de “Remote”. Entretanto, quanto à referência de “Remote”, apenas a estipulamos e não temos qualquer conhecimento de que o referido objeto realmente existe.

Segundo Frege (1948, p. 210), o sentido de um nome próprio determina a referência do nome, expressando o modo de apresentação do objeto. O modo de apresentação do objeto está contido no conteúdo descritivo que associamos ao nome. Esse conteúdo é geralmente expresso por descrições definidas co-referenciais. O nome próprio “Aristóteles” possui uma referência, Aristóteles. Além disso, “Aristóteles” possui um sentido, certo conteúdo descritivo associado ao nome<sup>5</sup>. Poderíamos expressar esse conteúdo descritivo através da descrição “O maior filósofo grego”. Essa descrição forneceria o significado e determinaria a referência de “Aristóteles”, caso haja alguma.

### **Frege e o enigma da identidade**

O enigma da identidade envolve o problema do caráter informativo de sentenças de identidade, tomem-se duas sentenças:

- (1) “Hesperus = Hesperos”
- (2) “Hesperos = Phosphoros”

Frege, em *Sense and reference*, pergunta se sentenças de identidade como (1) e (2) expressam relações entre objetos ou entre nomes de objetos. O filósofo propõe que sentenças como (1) e (2) expressam relações entre nomes, pois se fosse uma relação entre objetos, sendo (2) verdadeiro, ela não deveria ser diferente de (1). Todavia, claramente, (1) e (2) são cognitivamente diferentes. Enquanto (1) expressa a relação de identidade que algo tem consigo mesmo, relação essa que todas as coisas têm, (2) expressa a relação de identidade entre duas coisas (ou entre dois nomes). (1) é *a priori*, analítica e necessária, e por tal razão trivial, e (2) é *a posteriori*, sintética e contingente, e por tal razão informativa. Desta forma, devemos considerar (1) e (2) sentenças que expressam uma relação de um âmbito metalinguístico. Elas expressam a relação entre dois nomes próprios que denotam o mesmo objeto. Entretanto, sendo (1) e (2) sentenças entre nomes, tal

---

<sup>4</sup> A noção de nome próprio para Frege era bastante ampla, envolvendo termos como descrições definidas, numerais como ‘2’, termos demonstrativos, entre outros. Uma abordagem tão ampla não é interessante aqui. Ver: a nota de tradução 11 em FREGE (2009, p. 131).

<sup>5</sup> Para mais detalhes acerca da noção de sentido, ver: BRITO (2003, p. 44-53).

relação poderia ser considerada arbitrária e carente de conteúdo cognitivo, já que a introdução de um nome pode ser feita arbitrariamente. Devemos acreditar que há um modo de apresentação do objeto e que transmite diferentes conteúdos cognitivos do mesmo objeto, o que Frege chama de sentido.

Frege defende, então, que deve haver algo além da referência, o que ele chama de sentido. O sentido constitui o modo de apresentação do objeto. Assim, (1) e (2) possuem conteúdos cognitivos diferentes porque, apesar de “Hésperos” e “Phosphoros” denotarem o mesmo objeto, eles não expressam o mesmo sentido. Enquanto Hésperos é “[a] estrela vista ao amanhecer numa determinada posição no céu”, Phosphoros é “[a] estrela vista ao entardecer numa determinada posição no céu”. Saber que (2) é verdadeira foi uma descoberta empírica. A descoberta da verdade (2) pode ser expressa pela seguinte sentença: “A estrela vista ao amanhecer é a estrela vista ao entardecer”, sendo ambas o planeta Vênus. Agora podemos explicar a diferença cognitiva de (1) e (2). A sentença (1) não possui conteúdo informativo por que expressa a relação de uma coisa consigo mesmo, onde há igualdade de referência e de sentido. A sentença (2) é informativa porque expressa a relação de dois modos de apresentação do mesmo objeto. “Hésperus” e “Phosphoros” convergem em relação à referência, mas divergem em relação ao sentido. Apesar da resposta aparentemente satisfatória, Frege não atribui explicação ao fato de considerar  $a=b$  como sendo contingente. Isso, no entanto, será discutido um pouco mais adiante.

### **Crítica ao descritivismo de Frege**

Saul Kripke (1980) desferiu uma série de ataques às teorias descritivistas propostas por Frege (1948) e Russell (1986). Kripke buscou demonstrar que ambos os interlocutores fundamentaram suas análises em princípios incorretos. Apesar de Russell não fazer parte do escopo deste artigo, a crítica de Kripke dirige-se ao descritivismo em geral, compartilhado pelos dois filósofos. Limitemo-nos a considerar a teoria de Frege.

A análise de Frege está fundamentada na admissão de uma relação de sinonímia entre nomes próprios e descrições definidas. Se a teoria fregeana estiver correta em defender que descrições definidas fornecem o significado de nomes próprios, então esta descrição deve poder estabelecer uma relação de sinonímia com o nome. Assim, o nome e a descrição devem possuir o mesmo comportamento semântico. Para Kripke (1980, p.32)

a teoria de Frege pode possuir duas formas de abordagem, a saber: (i) como teoria do significado dos nomes e (ii) como teoria sobre a fixação da referência dos nomes. Quando interpretada como teoria do significado, ela trata do comportamento semântico dos nomes próprios. Já enquanto teoria sobre a fixação da referência, ela trata do comportamento pragmático dos nomes próprios. A abordagem (i) é caracterizada pela pergunta pelo significado dos nomes próprios, e a abordagem (ii) pela forma como nomes passam a estar ligados aos objetos. Neste texto, a teoria de Frege é abordada como uma teoria do significado dos nomes próprios.

A crítica de Kripke à teoria descritivista se constitui através de uma análise do funcionamento semântico dos nomes próprios em situações contrafactuais. Situações contrafactuais são estipulações feitas a partir do mundo atual, que poderiam (ou não) ter ocorrido, caso as circunstâncias tivessem sido diferentes. A proposta de Kripke é analisar o comportamento semântico dos nomes próprios em situações contrafactuais (mundos possíveis). Ele pretende analisar se a abordagem descritivista é adequada. A crítica desenvolvida por Kripke é embasada na tese da designação rígida. Através dessa tese, Kripke demonstra que o funcionamento semântico dos nomes próprios não depende do auxílio de descrições definidas.

Para saber se a análise descritivista está correta, devemos saber se um nome e uma descrição podem estabelecer uma relação de sinonímia em situações contrafactuais. Vamos considerar um nome e uma descrição, ambos são designadores. “Aristóteles” e “O mestre de Alexandre Magno” denotam o mesmo objeto no mundo atual, Aristóteles. Mas será que “Aristóteles” e “O mestre de Alexandre Magno” denotam Aristóteles em todos os mundos possíveis? Kripke faz uma distinção entre dois tipos de designadores: (1) designadores rígidos e (2) designadores não-rígidos. Os designadores rígidos denotam o mesmo objeto em todos os mundos possíveis. Designadores não-rígidos denotam diferentes objetos ao longo dos mundos possíveis.

Através da tese da designação rígida, Kripke busca demonstrar que nomes são designadores rígidos. Isto é, que determinada a referência do nome no mundo atual, ele passa a denotar o mesmo objeto em todos os mundos possíveis. “Aristóteles” denota um certo homem. “O mestre de Alexandre Magno” denota este mesmo homem. Podemos perguntar se em outros mundos possíveis Aristóteles teria ensinado Alexandre Magno, se naquele mundo Aristóteles não ensinou Alexandre, então a referência de “O mestre de Alexandre Magno” muda. A referência de “Aristóteles” permanece a mesma neste mundo.

Claramente, a descrição “O mestre de Alexandre Magno” denota Aristóteles no mundo atual, e faz isso, destacando uma propriedade contingente de Aristóteles. O primeiro problema das descrições definidas é que elas geralmente expressam propriedades contingentes dos objetos. Por essa razão, as descrições não são capazes de permanecer com sua referência rígida em situações contrafactuais. No caminho contrário, os nomes próprios não estão atrelados às propriedades de seu *denotatum*, e, por isso, sua função referencial independe das condições em que o objeto possa encontrar-se. Assim, podemos imaginar uma situação em que Aristóteles não foi mestre de Alexandre, mas não podemos imaginar uma situação em que Aristóteles não foi Aristóteles (KRIPKE, 1980, p. 49).

O segundo problema é que, geralmente, os falantes não tem segurança para escolher uma única descrição identificadora do objeto, e defini-la como o significado do nome (KRIPKE, 1980, p. 30). O conteúdo descritivo que os falantes possuem dos objetos é, na maioria das vezes, muito extenso, e assim irreduzível a uma única descrição definida. Mesmo que cada falante utilizasse *uma* descrição definida como significado do nome, teríamos um problema de comunicação no uso do nome. Nesse caso, o nome “Platão” possuiria diferentes significados, se cada falante associa diferentes descrições definidas a “Platão”. Aqui temos uma falha semântica que resulta num problema pragmático. Searle (1958) tentou solucionar esse problema, introduzindo a noção de feixe. Assim, através do feixe disjuntivo, que seria o sentido do nome, evitaríamos esse tipo de problema. Todavia, isso não significa que a teoria de feixes esteja isenta das críticas de Kripke. A principal crítica de Kripke é acerca dos comportamentos modais diferentes de nomes próprios e descrições definidas. Portanto, seja *uma* descrição, ou um feixe de descrições, não é possível estabelecer uma relação de sinonímia entre o feixe e um nome próprio. Se uma descrição definida expressa uma propriedade contingente, duas descrições expressarão duas propriedades contingentes, e assim por diante. Não faz qualquer sentido afirmar que um conjunto (a soma disjuntiva) de descrições expressará uma necessidade, segundo o filósofo (1980, p. 61).

### **Kripke e o enigma da identidade**

Vimos a formulação de Frege do enigma das sentenças de identidade, bem como sua solução para o enigma. No entanto, vimos que Frege não apresenta uma resposta para o fato de sentenças da forma  $a=b$  serem contingentes. Apesar de rejeitar a abordagem

descritivista de Frege, veremos que Kripke consegue (diferente de Frege) definir e fornecer uma explicação para *status* metafísico de sentenças da forma  $a=b$ .

Kripke rejeita a abordagem fregeana do enigma da identidade. Segundo Kripke (2011a, p. 18), Frege errou ao confundir os conceitos de necessário e *a priori*, e com isso tomou sentenças da forma  $a=b$  como sendo contingentes, pelo fato de não poderem ser sempre estabelecidas *a priori*. Portanto, a solução desenvolvida por Kripke para o enigma da identidade tem duplo objetivo: primeiro, apresentar uma alternativa à resposta descritivista, sem recorrer à noção de sentido. Segundo, definir e explicar o *status* metafísico das sentenças da forma  $a=b$ , algo que, aparentemente, não foi devidamente explicitado por Frege.

Quando proferimos uma sentença de identidade da forma “ $a=a$ ”, estamos usando o mesmo termo para indicar a identidade que todo objeto tem consigo mesmo. Substituindo ‘a’ na sentença de identidade por “Einstein”, ficamos com:

(1) “Einstein=Einstein”

Ao proferirmos (1), estamos dizendo de um objeto que ele é idêntico a si mesmo. Quando afirmamos que:

(2) “Einstein=Albert”

Estamos querendo dizer a mesma coisa da sentença (1). Desta forma, então, se (1) e (2) expressam a mesma coisa, sendo (1) claramente necessária, (2) deveria também ser necessária.

O valor de verdade de uma sentença ao longo dos mundos possíveis depende da forma como ela se comporta em cada situação contrafactual estipulada. Isto é, uma sentença como “Aristóteles é filósofo” será verdadeira em outras situações contrafactuais, se Aristóteles for filósofo naquela situação, e falsa se isso não for o caso<sup>6</sup>. Sabemos (*a priori*) que sentenças da forma  $a=a$  são, se verdadeiras, verdadeiras em qualquer situação. Sabendo que sentenças da forma  $a=b$  expressam o mesmo que  $a=a$ , concluímos que ambas devem ser, se verdadeiras, necessariamente verdadeiras. Uma das principais objeções a este argumento é que as sentenças da forma  $a=b$  não são conhecíveis *a priori*, elas são frutos de descobertas empíricas, e por isso não podem representar um caso de verdade necessária. Esse tipo de objeção é evitada por Kripke (2011a, p. 14-15) através da

---

<sup>6</sup> Obviamente, se adotarmos uma leitura *de re* do conceito de necessidade. Numa leitura *de dicto* “Aristóteles é filósofo” será verdadeira em outras situações contrafactuais, se a forma como descrevemos Aristóteles implicar que ele seja filósofo. A discussão entre modalidade *de re* e *de dicto* foge às pretensões deste artigo.

distinção entre as noções de necessário e *a priori*. A principal forma de resolver o enigma trata-se agora de apresentar uma explicação para a necessidade das sentenças da forma  $a=b$ .

Outra objeção à necessidade de  $a=b$ , seria a negação da necessidade de  $a=a$ . Se (3) “Aristóteles é Aristóteles” é necessária, então Aristóteles deve ser idêntico a si mesmo em todos os mundos possíveis. Entretanto, Aristóteles não é um existente necessário, isto é, não existe em todos os mundos possíveis. Portanto, se Aristóteles não existe no mundo possível ‘M2’ em que seus pais nunca se conheceram, então, o enunciado (3) será falso e, portanto, contingente. Kripke afirma que não discute esse tipo de questão por ela envolver entidades não existentes, mas que antes de falsa em ‘M2’, (3) parece não ser nem verdadeira nem falsa, pois, se Aristóteles não existe não faz sentido perguntar se Aristóteles é idêntico a si mesmo (KRIPKE, 2011<sup>a</sup>, p. 3).

Para defender a necessidade das sentenças de identidade (tanto da forma  $a=a$ , quanto da forma  $a=b$ ), Kripke apresenta uma distinção entre aquilo que é necessário e aquilo que é *a priori*. A principal razão que leva as pessoas a pensarem que os enunciados da forma  $a=b$  são contingentes, é o fato deles serem conhecidos somente *a posteriori*. Se  $a=b$  só pode ser conhecido empiricamente, então ele depende das características contingentes e não pode ser necessário. Entretanto, este tipo de argumento esconde um pressuposto bastante duvidoso, que verdade necessárias devem ser conhecidas *a priori*. O que chamamos uma verdade necessária? Basicamente, algo que não poderia ter sido de outro modo, que permaneceria mesmo que as circunstâncias tivessem sido diferentes. Isto é, se o fato de Aristóteles ser um filósofo fosse uma verdade necessária, então não poderíamos imaginar uma situação em que ele existisse e não fosse filósofo. Dizemos que algo é *a priori* quando pode ser conhecido independente de qualquer experiência sensorial. Pelas definições, vemos que necessário e *a priori* são conceitos aparentemente distintos. Entretanto, no momento, não importa aprofundar a diferença que possa existir entre os dois termos. Vale somente dizer que os conceitos pertencem a áreas distintas: o necessário pertence à metafísica e o *a priori* pertence à epistemologia. Se há alguma suposta sinonímia entre os dois conceitos, ela não é algo trivial, e a defesa de que os dois conceitos são sinônimos depende de um argumento auxiliar (KRIPKE, 2011a, p. 14-5).

Afinal, como demonstrar que sentenças da forma  $a=b$  são necessárias, mesmo sendo conhecidas *a posteriori*? O caminho adotado por Kripke foi negligenciar (inicialmente) a suposta sinonímia entre necessário e *a priori*, e tentar imaginar uma

situação em que  $a=b$  fosse falsa. Tomemos:

(4) “Cícero = Túlio”

Vamos tentar imaginar uma situação em que (4) fosse falsa. Pois bem, poderíamos defender que se em outro mundo possível o objeto que chamamos Cícero (e Túlio), estivesse disposto em outra linguagem desconhecida por nós, então, naquela situação “Cícero = Túlio” seria uma sentença falsa. De acordo com Kripke, tal argumento incide no erro, pois quando analisamos o uso de um nome próprio (neste caso, em uma sentença de identidade) devemos usá-lo de acordo com a nossa linguagem, e não introduzi-lo em outra linguagem distinta. Segundo Kripke (2011a, p. 17), estamos falando de Cícero e que por acaso também é Túlio, e perguntando se Cícero poderia não ter sido Túlio. O que o argumento faz é apenas mostrar que “Cícero poderia não ter se chamado ‘Cícero’”. Entretanto, claramente o fato de Cícero ser chamado “Cícero” é algo meramente arbitrário, o que não contribui para a análise das sentenças de identidade<sup>7</sup>.

Tendo por base a tese da designação rígida defendida por Kripke, sabemos que os nomes próprios são designadores rígidos, isto é, que um nome designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis (em que o objeto existe). Se a função básica dos nomes próprios é denotar objetos, então dois nomes próprios que denotam o mesmo objeto devem denotar o mesmo objeto em todos os mundos possíveis (em que o objeto existe). Portanto, uma sentença de identidade entre dois nomes próprios deve ser, se verdadeira, verdadeira em todos os mundos possíveis (nos quais o objeto existe). “Cícero = Túlio” representa algo bastante simples em que o objeto chamado “Cícero” também é chamado de “Túlio”, isto é, que Cícero e Túlio são o mesmo homem. Assim, dizemos “Cícero foi o maior orador romano” e “Túlio foi o homem que denunciou Catilina”. O que estou dizendo é que “o mesmo homem que foi o orador romano, denunciou Catilina”. Evidentemente, um falante poderia não saber que Túlio foi o maior orador romano e que Cícero denunciou Catilina, todavia, isso é relativo ao conhecimento que o falante possui dos nomes e de seus usos, o que é diferente do status semântico-metafísico dos nomes “Cícero” e “Túlio”. Acerca do status semântico-metafísico, os nomes “Cícero” e “Túlio” denotam o mesmo homem independente das situações contrafactuais, também independente do conhecimento que os falantes possuem de seus respectivos usos. Kripke

---

<sup>7</sup> Outra objeção, de cunho descritivista, é defender que nomes próprios abreviam descrições definidas, assim, “Cícero = Túlio” abrevia uma sentença maior ‘O homem que escreveu os trabalho x,y...’ = ‘O homem que denunciou Catilina’”. Esse tipo de objeção não será rebatida, pois a tese de que nomes abreviam descrições definidas já foi refutada nas seções anteriores.

não afirma (simplesmente) que “Cícero é Túlio” é verdadeira em todos os mundos possíveis. O que ele realmente diz é que se “Cícero é Túlio” é verdadeira, então, ela é necessariamente verdadeira. Portanto, não precisamos (e aparentemente não podemos) ter conhecimento *a priori* de que uma sentença de identidade entre dois nomes próprios (diferentes) é verdadeira. O que realmente podemos saber *a priori* é que se ela for verdadeira, então, ela é necessariamente verdadeira.

Agora também posso explicar a informatividade de  $a=b$  sem recorrer à noção de sentido. Exatamente porque alguém pode não saber que  $a$  e  $b$  são na verdade o mesmo objeto. Caso nosso conhecimento da história seja limitado, podemos saber que Cícero foi o famoso orador romano e que Túlio foi o homem que denunciou Catilina. Podemos não saber que Cícero é Túlio, quando descobrimos que se tratam do mesmo objeto alcançamos uma informação que não tínhamos antes. Assim, embora sentenças da forma  $a=b$  sejam necessariamente verdadeiras, se verdadeiras, elas não deixam de ser informativas. Descobrir que  $a=b$  é verdadeira é presumivelmente informativo, pois poderíamos não saber que estamos falando do mesmo objeto (Kripke, 2011b, p. 130).

Com o argumento apresentado, Kripke explica o enigma das sentenças de identidade sem recorrer a uma suposta noção de sentido. Kripke mostra que podemos compreender a necessidade da sentença “Pelé = Edson”, sem exigir que ela seja conhecível *a priori*. Como um nome denota o mesmo objeto em todos os mundos possíveis (em que o objeto existe), dois nomes co-referenciais no mundo atual serão co-referenciais em todos os mundos possíveis (em que o objeto existe). Podemos imaginar que uma descoberta diferente tivesse mostrado que Hesperus e Phosphoros eram dois objetos diferentes? Não. Se estamos falando do mesmo objeto, não podemos imaginar que esse mesmo objeto poderia ter sido diferente de si mesmo. Isso é confiadamente implausível.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA**

- BRITO, A. N. d. *Nomes próprios: Semântica e ontologia*. Brasília: UNB, 2003.
- FREGE, G. Sense and reference. *The Philosophical Review*, v. 57, n. 3, p. 209-230, 1948.
- \_\_\_\_\_. Sobre o sentido e a referência. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução: Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009, p. 129-158.
- KRIPKE, S. *Naming and necessity*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1980.

\_\_\_\_\_. Identity and necessity. *Philosophical Troubles, Collected Papers*, v. I. Oxford: Oxford University press, 2011a, p. 1-26.

\_\_\_\_\_. A puzzle about belief. *Philosophical Troubles, Collected Papers*, v. I. Oxford: Oxford University press, 2011b, p.125-161.

RUSSELL, Bertrand. The philosophy of logical atomism. In: *The collected papers of Bertrand Russell*. Ed. Jonh G. Slater (Orgs.). London: Routledge, v. 8, 1986, p. 155-244.

SEARLE, J. Proper names. *Mind*, Oxford: Oxford University Press, v. 67, 1958, p. 166-173.